

ARTIGO

Gênero e raça no genocídio da juventude negra

Mônica da Silva Francisco¹



RESUMO: Nas últimas décadas tem aumentado o número de mortes de jovens negros do sexo masculino e sua denúncia por parte dos movimentos negros, com a utilização do termo genocídio negro cunhado por Abdias do Nascimento. A partir dessa temática o texto busca refletir qual o papel do gênero nesses extermínios, uma vez que a violência letal atinge especificamente a jovens homens de cor negra em idade sexualmente ativa como apontam os estudos do Atlas da Violência. Compreendemos que essa discussão seja importante para pensarmos a centralidade da raça no extermínio desses sujeitos e sua relação com o racismo institucional.

PALAVRA-CHAVE: raça, gênero, genocídio, juventude negra, educação étnico-racial.

2 de Novembro era finados eu parei em frente ao São Luis do outro lado e durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as

¹ PPGeduc – UFRRj / Agência CAPES

Senhoras tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela Vida dura. Colocando flores sobre a sepultura. ("podia ser a minha mãe"). Que loucura.(Racionais, Fórmula Mágica da Paz

PRIMEIRAS PALAVRAS

O artigo surgiu de um questionamento a partir da leitura das reflexões encontradas no artigo *Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra* escrito pelas por Gomes e Laborne (2018,p.2) nele as autoras abordam o genocídio negro tecendo uma abordagem sobre a desigualdade, raça e racismo no extermínio da juventude negra. A narrativa das pesquisadoras mostra a luta da juventude negra e dos movimentos sociais negros na denúncia desse fenômeno social e aponta timidamente para a questão de gênero que embora não seja explorada no texto, lança uma indagação sobre a temática uma vez que a maioria desses jovens mortos são homens e negros.

Nosso referencial teórico está amparado nas discussões de Gênero (ou desigualdade de gênero), Relações Étnico- Raciais e nossos métodos e técnicas utilizados foram o levantamento bibliográfico e revisão de literatura. Observamos durante a realização da revisão de literatura a necessidade de pesquisa de nível governamental que problematizem a discussão de gênero no genocídio da juventude negra.

O artigo está dividido em quatro itens. Na primeira parte discutimos os aspectos teóricos sobre o papel da raça e do fenótipo dentro do racismo, na segunda parte abordamos o genocídio de jovens negros do sexo masculino e suas implicações e na terceira parte fazemos uma abordagem sobre gênero e masculinidades negras.

ESTUDIOSOS E A QUESTÃO DA RAÇA.

Na concepção de Schwarcz (2012,p.34) “raça é uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais- assim como o são fantasias, mitos e ideologias- como exerce influencia real no mundo”.

Pesquisadores como Munanga (2004), afirmam categoricamente a não existência de raças humanas constatadas a partir dos estudos científicos, o pesquisador informa que a maneira que usamos o termo raça na contemporaneidade não se relaciona com os critérios biológicos e o significado que atribuímos a palavra relaciona-se com os sistemas de poder vigentes. Observando a relação entre raça e racismo, o pesquisador reitera:

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça

no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004,p.8)

Munanga compreende que o racismo está intrinsecamente ligado ao fenótipo, em que a aparência dos grupos étnicos determinam a pertença desses sujeitos segundo os critérios que o racista (sujeito que pratica racismo) estabelece para que a raça seja o elemento diferenciador para categorizar o espaço que teoricamente o indivíduo de cor preta deveria pertencer. Na leitura proposta por Mbembe (2018, p.12) *“negro e raça tem sido sinônimos, no imaginário das sociedades europeias”*, o pesquisador afirma que no primeiro momento *“gregário do pensamento ocidental”*, o negro é apresentado como uma ser anterior as formas humanas, muito próximo da biologia animal e impossibilitado de alcançar a humanidade.

Produto de um maquinário social e técnico indissociável do capitalismo, de sua emergência e globalização, esse termo foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado. Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria — a cripta viva do capital. Porém — e esta é sua patente dualidade —, numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até mesmo no ato de viver em vários tempos e várias histórias simultaneamente. Sua capacidade de fascinação, ou mesmo de alucinação, não fez senão se multiplicar. Alguns nem sequer hesitariam em reconhecer no negro o limo da terra, o veio da vida, por meio do qual o sonho de uma humanidade reconciliada com a natureza, com a plenitude da criação, voltaria a ganhar cara, voz e movimento. (MBEMBE,2018,p.21)

O discurso de Mbembe sinaliza a aproximação do termo raça e negro, mostrando que a partir desse contexto ser negro é ser racializado, uma vez que a própria criação do signo está relacionada a forma de trabalho em que o grupo estava inserido, em que a raça é o fator de agregação desses sujeitos a essa realidade de servidão.

O GENOCÍDIO DE JOVENS HOMENS NEGROS

De acordo com a Enciclopédia do Holocausto, a palavra genocídio foi criada em 1944 por Raphael Lemkin para designar o extermínio dos judeus europeus. O neologismo foi criado a partir da junção do radical grego geno significa raça ou tribo com o sufixo latino cídio que significa matar. A partir dessa formação desenvolveu o conceito de genocídio como *“um plano coordenado, com ações de vários tipos, que objetiva a destruição dos alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los”*. Santoro (2005,p.2) observa que no genocídio a “marca característica é a tentativa de eliminar as características de uma nacionalidade, não necessariamente pelo assassinato, mas também pela ação cultural”.

No livro *O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um Racismo Mascarado*, Abdias do Nascimento utiliza o termo genocídio para nomear as estratégias de embraquecimento perpetrado no país, por meio as valorizações da mestiçagem e pelo clareamento da cultura negra. Atualmente o termo genocídio é utilizado amplamente pelos movimentos sociais e principalmente pela juventude negra (BENTO, 2018) para denunciar o crescimento dos homicídios contra jovens homens negros em todo o país.

No Brasil o genocídio da juventude negra, os números apresentados pelo Atlas da Violência² mostram que jovens homens negros na faixa etária de 16 a 29 anos são os principais afetados pela violência letal. Esses números de mortes apontados no estudo denunciam uma forte problemática de gênero associada a esses homicídios embora tenham aumentado o índice de óbitos de mulheres negras em todo o país, os jovens homens negros tem uma maior taxa de mortalidade.

No artigo *Extermínio de jovens negros – a democracia não chegou na periferia*, Oliveira (2015) apresenta dois pontos importantes no genocídio da juventude negra: no primeiro tópico o autor afirma que o genocídio de jovens homens negros é um projeto político tecido a partir de um arquivo da Escola Superior de Guerra de 1988 cujo título é *Estrutura Social para o Brasil Moderno e Democrático no Século 21*, nesse registro são apontados pontos considerados controversos para preservação do controle societário “o primeiro são as áreas de intensa miséria, sendo dados como exemplos as favelas e ação os morros do Rio de Janeiro; e o segundo, o que eles chamam de menores abandonados” (OLIVEIRA, 2015,p.2) na ocasião da autorização do Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o texto, haveria uma necessidade de intervenção governamental para impedir o crescimento dessa população.

Por essa razão, então, o documento propunha uma ação preventiva de contenção numérica desse setor de miséria. Contenção numérica apontada não é no sentido de ter aplicação de políticas sociais e sim, de extermínio mesmo. E são apontadas duas ações: uma chamada ação de baixo impacto, que era na verdade, o estímulo às forças de segurança a terem uma ação mais violenta nas periferias, aproveitando, inclusive, uma mão de obra “qualificada” que vinha do regime militar, a manutenção do ato repressivo. Uma segunda ação, denominada ação de alto impacto, no caso das polícias militares não serem suficientes para conter o crescimento da população. Citando textualmente: “Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para neutralizar esta orla de bandidos, matá-los e destruí-los”. Essa é a frase final desse capítulo da Escola Superior de Guerra, em que era proposto o extermínio como uma política de contenção dessa população miserável, como forma de garantir a estabilidade do sistema. (OLIVEIRA, 2015, p.2)

A leitura do artigo de Oliveira, aponta a existência de um projeto político que direciona o poder público (polícia e exercito) a ações violentas dentro dos territórios e áreas favelizadas como forma de contenção social, plano esse visando a diminuição de crianças e adolescentes carentes, embora não seja mencionado a raça no documento, dados apontam para o grande número de pessoas negras nas áreas mais empobrecidas da cidade. Estudo do IBGE (2019) mostra que a remuneração dos cidadãos brancos (R\$ 1.846,00)

representa quase o dobro dos cidadãos pretos/pardos (R\$ 938,00) e a comunidade negra¹ possui a remuneração inferior as das linhas de pobreza fixadas pelo Banco Mundial e no quesito habitação a população negra mora nos locais mais perigosos, com menos acesso a espaços de lazer, em áreas que serviços de coleta de lixo, abastecimento de água e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.

A partir desses dados sobre a população negros nos questionamos. Qual a relação entre o racismo e gênero no que tange a essas mortes dos jovens homens negros? Como imaginário social construído pelo racismo naturaliza essas violências? Qual o papel da educação na proposição de novas ideologias sobre os jovens homens negros?

A RAÇA CONSTRÓI O GÊNERO?

Lugones (2014) aponta a colonização das Américas como o marco histórico de uma diferenciação entre homens e mulheres entre civilizados (povos brancos europeus) e os animais, termo atribuído aos povos indígenas das Américas e os povos africanos escravizados. A pesquisadora reitera:

Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos por- não homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas por-não-mulheres. Conseqüentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as. (LUGONES,2014, p.4)

A partir dessa imposição colonial baseada nas teorias racialistas foi elaborada a conceituação de gêneros europeia, uma vez que “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (Lugones, 2014,p.4).

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas na conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduzem à elaboração da perspectiva eurocêntrica [branca] do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 118).

Para a autora são indissociáveis as construções de gênero e raça elaboradas pelos europeus de modo que o sujeito não branco adquiria gênero e raça de acordo com a definição colonial. As diferenças foram utilizadas para justificar a hierarquização de homens e mulheres africanos e dos povos originários.

Mas quem são o jovens homens negros?

A indagação inicial do texto, remete ao conceito de juventude, vários pesquisadores utilizam o termo juventudes por compreenderem a multiplicidade de sujeitos jovens e vivências juvenis. No Brasil são considerados jovens, indivíduos na faixa etária entre 16 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude, (BRASIL,2013). Dayrell (2016) observa que existe por parte da sociedade um preconceito em torno da juventude negra ao mesmo tempo que elementos como beleza, força física e vitalidade são extremamente valorizados, mas pondera que essa admiração pela juventude é diferenciada na abordagem sobre os jovens das classes populares, estes vistos como um problema social.

Consideramos que a categoria juventude é parte de um processo de crescimento totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Isso significa entender a juventude mais amplamente e não como uma etapa com um fim predeterminado e muito menos como um momento de preparação que será superado quando se entrar na vida adulta. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe por exemplo), a diversidade cultural (a cor da pele, as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero e de orientação afetiva e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude. (DAYRELL, 2016, p.29)

A escrita de Dayrrel aponta a juventude como um momento em que o indivíduo se prepara para as vivências afetivas e profissionais da vida adulta em que as condições sociais e raciais são fatores que diferenciam as experiências sociais desses sujeitos. O relatório Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2019) publicado pelo IBGE aponta que o risco de mortalidade de mortalidade de jovens negros é de 185 % em relação aos brancos da mesma faixa etária.

Em relação a empregabilidade, os jovens negros são a maioria dos desempregados, no país, pesquisadores das áreas de juventudes utilizam o termo Nem-nem para denominar jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego formal. A pesquisa "Eles dizem não ao não", realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com o estudo publicado em maio de 2019, a geração nem-nem- nem é composta majoritariamente por “mulheres negras com filhos, que ainda moram na casa dos pais onde a mãe é a "chefe da família", cujas famílias são cadastradas no Bolsa Família ou detentoras de renda inferior a um salário mínimo". (Diógenes,2018.p.20). A pesquisadora reitera:

A “falta de ocupação”, a crescente crise no mercado de trabalho brasileiro, acabou por produzir entre os jovens uma recodificação da categoria trabalho, produzindo um tipo de flexibilidade (“pegar um bico”) e de “mistura” de fazeres e saberes (“dá-se um jeito”, “não sei, mas

desenrola”) que escapa das tradicionais formações profissionalizantes. Acontece, como se poderá identificar com os dados apresentados a seguir, que essa demanda de “novos horizontes profissionais” encontra-se quase sempre estrangulada pela crescente crise de desemprego que em contraposição às preocupações de uma juventude “nem-nem-nem”, um imaginário juvenil tecido no “não-não-não”: por exemplo, diz que não trabalha, mas tem um “trampo” que possibilita “uns corre”, um “se virar”, um “se desdobrar”, por vezes considerado “marginal”, que escapa dos tradicionais moldes de captação de dados de pesquisa e que dribla instâncias das políticas públicas. O perfil médio masculino é relativo àquele que perdeu o interesse pela escola, começou a ter muitas faltas e acabou perdendo a matrícula ou o que deixou a escola porque precisou trabalhar para ajudar a família. Entre os perfis extremos, no caso do masculino, estão os jovens ameaçados por facções ou os “envolvidos”. (DIOGENES, 2018.p.27)

A análise proposta por Diógenes aponta a ausência do poder público na criação de estratégias que possam inserir esses jovens negros dentro da escola proporcionando a eles, mecanismos de inserção no mundo do trabalho formal, uma vez que esses indivíduos atuam na informalidade como coletores de papel, moto táxis, lavadores de carros, camelôs, engraxates, etc e não possuindo um emprego formal são marginalizados e vistos como desocupados pela sociedade, a autora pontua que “jovens que não trabalham e não estudam podem ser sujeitos com potencial para o envolvimento em situações perigosas juntos aos grupos armados que oferecem “um trabalho” ou “um trampo” no mundo ilegal”.(Diogenes, 2018, p.10).

Quando nos questionamos que são os jovens homens negros, sugerimos uma contranarrativa que parta da discussão sobre a persistência da construção de um imaginário racista sobre os homens negros que é constantemente retroalimentada pelas mídias que marginalizam o corpo negro em que a narrativa colonial atribui aos homens negros características como violência, preguiça e infantilização. A explanação encobre os dados que apontam que homens e mulheres negras jovens integram grupos extremamente vulneráveis vivendo em áreas violentas em que atuam o crime organizado e os grupos para militares denominados milícias, em que são muito comuns nos depoimentos de jovens homens negros “os relatos de murros, socos, pontapés e coronhadas desferidas por policiais nas abordagens aos jovens, independente do perfil de “suspeição” que os mesmos possam ter. (Diógenes,2019, p.60).

Estudo publicado pelo IBGE (2019) mostram que a evasão escolar no país tem gênero masculino, jovens homens negros na faixa etária de 19 a 24 anos não terminaram o ensino médio, os dados da pesquisas apontam que 44% dos rapazes evadem a escola.

Os homens negros são o grupo sócio racial menos escolarizado, temos um ingresso mais tardio na rede de ensino, uma saída mais precoce, um nível de aproveitamento ruim, acentuada distorção série -idade, assim como um baixo retorno aos bancos escolares em idade adiantada. Além disso, possuímos baixíssimos índices de acesso ao ensino superior na graduação e na pós- graduação. Uma das possíveis respostas para esse fenômeno seria a sequência de mecanismos discriminatórios mobilizados quando um menino negro entra na escola e lá permanece. Discursos subalternizantes da história,

cultura e estética africana e afro- brasileira em sala de aula, material didático com imagens estereotipadas de homens e mulheres negras, aliados à maior rigidez, desinteresse e insensibilidade do corpo administrativo ao lidar com esse menino, constituem -se como um “método” para o fracasso educacional desse grupo. Quando não, o simples encarceramento racial se torna uma eficiente ferramenta para imobilizar seu alvo nos momentos das desavenças e competições (SOUZA,2017a, s/p).

Osmundo Pinho no artigo *Qual a identidade do homem negro*, observa a presença de um discurso que liga o homem negro a violência, a exclusão e a marginalização.

Assim, o corpo negro masculino é fundamentalmente corpo para o trabalho e corpo sexuado. Está, desse modo, decomposto ou fragmentado em partes: a pele; as marcas corporais da raça (cabelo, feições, odores); os músculos ou força física; o sexo, genitizado dimorficamente como o pênis, símbolo falocrático do plus de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco. (PINHO, 2004, p.67).

Compreendemos que a narrativa produzida sobre os corpos negros como ameaça produz um impacto negativo nas vivências desses sujeitos racializados, uma vez que esse corpo marcado pelo fenótipo é considerado desvalorizado e indigno. Gomes e Laborne (2018) observam o medo que “a adolescência e a juventude negra e pobres, faveladas, com a sua cor, suas roupas, sua linguagem, seu destemor, sua possibilidade de circulação no espaço urbano (mesmo com as insistentes tentativas de segregação racial nos territórios)” Gomes e Laborne (2018, p.6). Brito (2018) aponta o racismo como a estrutura dominante na promoção do ódio da sociedade pela juventude negra do sexo masculino que recusa a essa classe “dignidade, justiça social e, assina sua vida como mecanismo de subjugação e controle social”. Ponderando sobre o efeito do racismo para essa população, a pesquisadora afirma:

A juventude negra masculina sofre com a ausência de acesso aos bens sociais – saúde, educação, lazer, trabalho e emprego, etc. Além disso, recebe nos peitos o impacto negativo do ódio historicamente estabelecido contra suas características fenotípicas. Ao saírem nas ruas, são os potenciais criminosos, aqueles a quem a sociedade fomentam o medo e, por consequência, o ódio. Sem acesso aos bens sociais, temidos e odiados, tornam-se alvos preferenciais sob a chancela, quando não a ação direta, do próprio Estado. (BRITO, 2018, p.5)

Em uma análise mais aprofundada sobre o genocídio de homens negros, observamos a naturalidade com que esse fenômeno é abordado pelas mídias, pela população e pelo governo, como fossem corpos descartáveis. Achille Mbembe abordando o crescimento da necropolítica no mundo, observa “a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2015, p. 141). Grada Kilomba afirma que o racismo criou uma distinção na maneira com que brancos e negros são representados e endossa;

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto 'ruim', incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa”. “Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano”. (KILOMBA, 2010, p.173- 174).

Racismo institucional e estrutural, uma moeda de duas faces, sobre esse tipo de racismo, Almeida (2019) afirma.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim o domínio de homens brancos em instituições públicas- o legislativo. O judiciário, o ministério público, reitorias de universidades, etc.- instituições privadas- por exemplo, diretoria de empresas- depende, em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da existência de espaços em que se discuta desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019,p.25)

Esses parâmetros apontam para a compreensão de que o Estado considera principalmente o corpo negro masculino como uma ameaça pois ele pode gerar descendências; o que é considerado indesejado.

INQUIETAÇÕES QUE NÃO TERMINAM.

No artigo propomos algumas breves considerações sobre o papel do gênero e da raça no genocídio da juventude negra, a partir de algumas leituras compreendemos que a raça é o fator determinante nessa execução conforme apontam as pesquisas que mostram o decréscimo de mortes de jovens nos grupos brancos e um super aumento dentro dos grupo negro. Utilizamos o termo negro a partir do entendimento proposto por Francisco (2018) que compreende o vocábulo como um termo guarda-chuva proposto pelo IBGE que agrupa pretos e pardos na mesma categoria, devido as aproximações que os dois grupos possuem no quesito renda e empregabilidade.

A partir dessa noção, podemos notar que o fenotipo opera como fator determinante na execução de jovens de cor preta, que são as maiores vítimas de mortes, pois como afirma Munanga (2004) existe uma geografia de corpos operada pelas instituições públicas e privadas que instituem o lugar do sujeito de cor preta na sociedade brasileira, no caso do texto o lugar destinado a esse jovem é o da marginalização operada pelos veículos de radio, televisão, mídias digitais que apresentam os homens pretos como bandidos criando uma constante marginalização dos corpos pretos destinando-os a todas as formas de violência.

Nesse tocante é importante, apontar que o gênero masculino, no caso de extermínio de jovens pretos se apresenta devido ao projeto de embranquecimento da nação brasileira e o homem sendo responsável pela fecundação das mulheres sendo exterminado, diminui consideravelmente o número de nascimento de pessoas de cor preta no país contribuindo assim para o embranquecimento da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. KILOMBA, Grada. "The Mask" In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição.

BRITO. Anhamona. Entrevista. **Racismo determina quem vai viver ou morrer na nossa sociedade'**, diz pesquisadora. [jun.2018]. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/racismo-determina-quem-vai-viver-ou-morrer-na-nossa-sociedade-diz-pesquisadora/>. Acesso 10jul.2019

FRANCISCO, Monica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Revista Ensaios Filosóficos**, Volume XVIII.Dezembro/2018.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude NEGRA. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 34, e197406, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 22, n. 3, p. 935-952, Dec. 2014.

MBEMBE, Achille . **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Temáticas**, n ° 32, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**[S.l: s.n.], 2004.

MOORE, Carlos. **O racismo através da história**: da antiguidade à modernidade,2007.Disponível em<http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/Moore_Racismo_atraves_da_historia.pdf>, acesso em 20. out 2008.

OLIVEIRA, Dennis. **Extermínio de jovens negros** –a democracia não chegou na periferia. 2015.Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a->

[legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/documentos/audiencias-publicas/paper-prof-dennis-de-oliveira](#). Acesso em 14/11/19.

RACIONAIS MC^{CS}. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

SANTORO, Maurício. Genocídio: a retórica americana em questão. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 493-501, Dec. 2005.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; BORGES, Leandroda Conceição. Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 3-21, 2018. ISSN 2177-2886.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **Homens negros intelectuais: paradoxos e potências**. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/10/30/homens-negros-intelectuais-paradoxos-e-potencias/>

PINHO, Osmundo. PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro? In: **Revista Democracia Viva**, n. 22, p. 64-69, 2004. Disponível em: http://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro. Acesso em 10 nov. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278.